

A INCIPIENTE CONTRA-HEGEMONIA CHINESA DURANTE O GOVERNO DE XI JINPING (2013-): UMA PERSPECTIVA DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

THE CHINESE INCIPIENT COUNTER-HEGEMONY DURING XI JINPING'S GOVERNMENT (2013-): AN INTERNATIONAL POLITICAL ECONOMY PERSPECTIVE

LA INCIPIENTE CONTRAHEGEMONÍA CHINA DURANTE EL GOBIERNO DE XI JINPING (2013-): UNA PERSPECTIVA DE LA ECONOMÍA POLÍTICA INTERNACIONAL

Rafael Queiroz Alves¹

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos²

RESUMO:

O presente artigo procura identificar uma incipiente contra-hegemonia chinesa a partir da história do governo de Xi Jinping (2013-). A categoria de contra-hegemonia desenvolvida por Robert Cox serve como referencial teórico e metodológico para que seja realizada uma interpretação da trajetória da estrutura histórica chinesa. A argumentação evoca aspectos conjunturais pertencentes aos níveis de análise doméstico e externo pertinentes às dimensões estrutural e superestrutural concebíveis com a obra de Cox. As articulações sociais selecionadas que apresentam capacidade para produzir uma nova ordem internacional chinesa de caráter contra-hegemônico são: uma forma de Estado inovadora, uma política externa multilateralista e institucionalista, o “Consenso de Pequim” e a Iniciativa Cinturão e Rota. Uma grande estratégia de longo prazo em torno do objetivo de ascensão pacífica aponta para uma estrutura histórica contra-hegemônica ainda embrionária no governo de Xi Jinping.

PALAVRAS-CHAVE: China. Xi Jinping. Economia Política Internacional. Multilateralismo. Contra-hegemonia.

ABSTRACT:

This article seeks to identify an incipient Chinese counter-hegemony in the history of Xi Jinping's government (2013-). The category of counter-hegemony developed by Robert Cox serves as a theoretical and methodological framework for an interpretation of the paths of the Chinese historical structure. The argument evokes conjunctural aspects belonging to the domestic and external levels of analysis, pertinent to the structural and superstructural dimensions conceivable with Cox's work. The selected social articulations that have the capacity to produce a new Chinese international order with a counter-hegemonic character are: an innovative form of State, a multilateral and institutionalist foreign policy, the “Beijing Consensus” and the Belt and Road Initiative. A long-term grand strategy around the goal of peaceful rise points to a still embryonic historical counter-hegemonic structure in Xi Jinping's government.

KEYWORDS: China. Xi Jinping. International Political Economy. Multilateralism. Counter-hegemony.

RESUMÉN:

Este artículo busca identificar una incipiente contrahegemonía china en la historia del gobierno de Xi Jinping (2013-). La categoría de contrahegemonía desarrollada por Robert Cox sirve como marco teórico y metodológico para una interpretación de la trayectoria de la estructura histórica china. El argumento evoca aspectos coyunturales pertenecientes a los niveles de análisis interno y externo, pertinentes a las dimensiones estructurales y superestructurales concebibles con la obra de Cox. Las articulaciones sociales seleccionadas que tienen la capacidad de producir un nuevo orden internacional chino con carácter contrahegemónico son: una forma innovadora de Estado, una política exterior multilateral e institucionalista, el “Consenso de Beijing” y la Iniciativa de la Franja y la Ruta. Una gran estrategia a largo plazo en torno al objetivo del ascenso pacífico apunta a una estructura histórica contrahegemónica todavía embrionaria en el gobierno de Xi Jinping.

PALABRAS CLAVE: China. Xi Jinping. Economía política internacional. Multilateralismo. Contra-hegemonía.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho será discutido o potencial transformador da República Popular da China (RPC) para desenvolver uma nova ordem internacional através de uma abordagem contra-hegemônica em termos teóricos da Economia Política Internacional britânica (COX, 1981). O período selecionado para a análise é o do governo vigente na China

(2013-), pois o presente trabalho busca sistematizar em linhas gerais seus aspectos potencialmente úteis para enquadrar a China contemporânea na definição de "contra-hegemonia".

No momento da escrita deste texto em 2022, a China é constituída por características que a diferenciam como ator nas relações internacionais e afirmam originalidade em seu caminho de desenvolvimento e busca por retorno ao posto de superpotência garantido historicamente desde a Antiguidade (MADDISON, 2007). O modelo econômico desenvolvido pelos chineses destoa do que é oferecido e ensinado pelo Ocidente, ainda que instrumentalize o mercado enquanto variável. Em adição, a permanência do Partido Comunista da China (PCCh) no poder expressa um conjunto de instituições políticas alternativas ao Ocidente, avessas à democracia liberal e que dão andamento à experiência socialista construída após a Revolução de 1949 (POMAR, 2003), como os comitês de bairro, o legado da reforma agrária, as formas de propriedade complexas e ainda parcialmente públicas, os congressos de trabalhadores e as unidades do Partido nas empresas e sindicatos, mesmo que inegavelmente possuam contradições típicas de sociedades capitalistas ocasionadas após a execução de privatizações, como a exploração do trabalho por mais-valia e a desigualdade intensa devido à presença massiva de bilionários (GRAY, 2010). O modelo socioeconômico chinês em voga representa oficialmente a primeira etapa da construção gradual e rígida de um tipo de socialismo essencialmente chinês (XI, 2019a).

Dentro de uma dinâmica socioeconômica mista, com forte participação do Estado na coordenação de investimentos, a Iniciativa Cinturão e Rota figura objetivamente como o maior instrumento estratégico para projetar a influência da China de dentro para fora sobre o sistema internacional de modo centrado em avanços de capacidades materiais. No entanto, a estratégia multilateralista da China é mais abrangente, pois se dispõe também a buscar maior inserção na Organização das Nações Unidas (ONU) e a cooptar as organizações internacionais fundadas pelo Ocidente. Trata-se de uma estratégia de construção adaptativa, de um institucionalismo para si e de si, sem uma perspectiva intervencionista ofensiva no exterior.

Diante da exposição sumária do objeto em tela, o referencial teórico adotado para a presente análise se revela útil na medida em que explica de modo abrangente, através de múltiplas variáveis e dimensões de análise, os possíveis fundamentos contra-hegemônicos de caráter incipiente da política externa da China contemporânea, que desafia em longo prazo as normas hegemônicas do Ocidente construídas ao longo da globalização pós-Guerra Fria. A categoria central para o estudo é a da hegemonia (GRAMSCI, 1977 e 2000) que, mais tarde, foi, num certo sentido, traduzida³ por Raymond Williams (1977 e 2005) para se tornar "contra-hegemonia". Robert Cox (1981)

fez uso do conceito da categoria de contra-hegemonia para sistematizar um dos pontos relevantes de sua abordagem crítica da Economia Política Internacional e é dentro deste referencial teórico que a presente análise pretende envolver a experiência chinesa contemporânea.

A questão-problema é: como identificar uma incipiente contra-hegemonia chinesa a partir da experiência do governo de Xi Jinping (2013-)? A hipótese a ser testada toma a definição de contra-hegemonia de Cox como tradução, adaptação do conceito de hegemonia de Gramsci e afirma ser possível localizar uma postura contra-hegemônica ainda embrionária no governo de Xi Jinping, considerando sua composição econômico-política holística e sua expansão pacífica e gradual ao longo do sistema internacional.

Esta é uma breve pesquisa com metodologia de revisão bibliográfica e de Metodologia, em termos de consequências teóricas do referencial adotado, na perspectiva de tradução, adaptada a partir de Gramsci (1977) por Cox (1981). O estudo está organizado em dois tópicos que sucedem esta introdução. Primeiramente, as categorias de hegemonia e contra-hegemonia são explicadas brevemente e suas variáveis úteis à interpretação da política externa e das atividades econômicas internacionais da China são ressaltadas. Em segundo lugar, o objeto de análise, que é a projeção internacional chinesa, é avaliado a partir da presença de seus aspectos particulares congruentes com as variáveis teóricas delimitadas. Por fim, nas considerações finais consta uma síntese conclusiva sobre a inserção internacional da China representar um avanço embrionário para a criação de uma contra-hegemonia.

A CATEGORIA DE CONTRA-HEGEMONIA COXIANA

O referencial teórico central deste estudo é designado pela definição de “hegemonia” de Gramsci. A hegemonia tem um caráter histórico e multifacetado, e apresenta uma feição interna e que se desdobra para o nível internacional: “Por certo, o desenvolvimento é no sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é nacional [...]. O conceito de hegemonia é aquele em que se reúnem as exigências de caráter nacional” (GRAMSCI, 1977: p. 1729, tradução nossa). Partindo desta referência basilar, esta investigação evoca o conceito de contra-hegemonia desenvolvido por Raymond Williams e sistematizado por Robert Cox na Teoria Crítica das Relações Internacionais.

Uma das referências centrais para o conceito de “hegemonia” proposto por Antonio Gramsci (2000) é encontrada no caderno do cárcere de número 13: “Breves notas sobre a política de Maquiavel”. No parágrafo 2, intitulado “As notas escritas a propósito das situações e do que se deve entender por ‘relações de força’”, a categoria de hegemonia é evocada em termos multidimensionais. Para o pensador italiano, tudo que

compõe a política (suas múltiplas dimensões e conexões em termos de conflitos, propaganda e agitação, estratégia, organização, administração etc.) deve ser inserido nos vários níveis das relações de forças, a começar pela relação das forças internacionais (análises sobre o que é uma grande potência, sobre os agrupamentos de Estados em sistemas hegemônicos e, então, sobre o conceito de independência e soberania no que se refere às pequenas e médias potências), passando em seguida às relações objetivas sociais, ou seja, ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, as relações de força política e de partido (sistemas hegemônicos no interior do Estado) e às relações políticas imediatas (potencialmente militares).

No parágrafo 17, nomeado “Análise de situações: relações de força”, para compreender as relações de força que permeiam a política em dimensões domésticas e internacionais Gramsci exhibe a Metodologia baseada na metáfora de Marx (1983) consistente em “estrutura e superestrutura”, na condição fundamental de desenvolvimento de forças produtivas para que uma formação socioeconômica seja substituída e reitera a necessidade da compreensão orgânica das relações sociais. Partindo dessas bases de compreensão metodológica, a busca por hegemonia sempre parte das dimensões mais objetivas, claras e diretas das organizações humanas, ligadas às atividades diárias manifestadas nos modos de produção, como a inserção do proletariado em sindicatos, e pode se desenvolver até níveis mais avançados de solidariedade e compatibilidade de propósitos, como a filiação partidária (em sentido muito mais amplo que aquele institucional), que pode propiciar um processo de construção de hegemonia de um grupo social. Estas manifestações políticas conectadas a um nexos estrutural e superestrutural logo transcendem da dimensão doméstica em um sentido globalizante, caso estejam inseridas em Estados-nação com capacidade de projeto expansivo. Logo, manifestações de modalidade superestrutural têm lugar *a priori*, induzindo transformações ambivalentes em países que em última instância são mais fracos pela ótica técnico-militar e, por isso, se encontram vulneráveis a pressões passivas e indiretas.

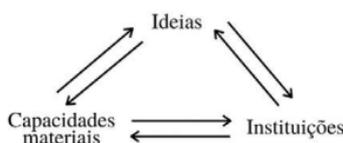
A inserção de instituições estrangeiras advindas de potências hegemônicas equivale a forças potencialmente organizadas e combativas que os responsáveis, conectados com elites estatais e da sociedade civil interconectadas organicamente, podem fazer avançar quando julgarem que uma situação é taticamente favorável. Por isso, a tarefa principal de tais agrupamentos é dedicarem-se de modo sistemático e paciente para formar uma força desenvolvida, homogênea, compacta e consciente de si e de seus propósitos. As grandes potências sempre afirmaram esse estatuto porque sempre estiveram preparadas para se inserirem em conjunturas internacionais favoráveis; e essas eram favoráveis porque havia a possibilidade concreta de inserção eficaz nelas (GRAMSCI, 2000).

Todavia, de forma diversa de Gramsci, que compreendia que todas as atividades políticas aspiravam, desde dimensões de menor escala até as de dimensões mais amplas, à hegemonia frente às relações de força interpostas, Williams (1977 e 2005) e Cox (1981) efetuaram leitura distinta desta categoria em termos de um dualismo que, entre outras possibilidades de tradução, comporta o par hegemonia e contra-hegemonia.

Raymond Williams (2005) explorou as possibilidades de ramificações conceituais na concepção de hegemonia gramsciana ao lançar mão de uma iniciativa de problematização de estudos marxistas relativos à cultura, que eram realizados comumente pelo exame da relação estrutura-superestrutura. Visando superar um mecanicismo que havia identificado, Williams complexificou as dinâmicas de análise de processos de hegemonia, passando a identificá-los como redes de valores afirmadas na prática concreta e pautadas por flexibilidades caracterizadas por tensões e transformações entre a cultura dominante e formas emergentes de resistência.

Ao longo de seu artigo seminal à corrente internacionalista crítica, “*Social Forces, States and World Orders*”, Cox menciona primeiramente a noção de hegemonia enquanto um sistema de encaixe estrutural entre três variáveis que interagem mutuamente: capacidades materiais, ideias e instituições. O referido sistema enquadra a dominação de um Estado como uma condição necessária para a estabilização de uma ordem internacional e permite avanços e retrocessos na condução de sua hegemonia. No entanto, essa hegemonia só pode ser erigida caso haja um intercâmbio relacional em sentido dialético entre as mencionadas variáveis a partir de um caráter de projeto em vias de concretização de uma dominação social.

FIGURA 1 - ESTRUTURAS HISTÓRICAS



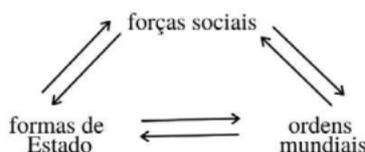
Fonte: COX, 1981.

As capacidades materiais, envolvidas na dimensão estrutural, funcionam como um ponto de partida objetivo, equivalem à condição de desenvolvimento dos modos de produção, ao avanço de potencialidades econômicas e, em última análise, ao poder técnico-militar que pode ser atingido por uma organização humana. As ideias trazem significação e sustentação às capacidades materiais e fornecem conteúdos às instituições.

As instituições legitimam, fixam e realizam a manutenção das capacidades materiais e das ideias. Todos esses níveis se movimentam dialeticamente, e cada um pode se deparar com frações de contraposições e afirmar ou não um sentido de hegemonia.

Em caso de legitimação e de avanço rumo a um patamar global, as capacidades materiais podem encontrar respaldo pela interpenetração profunda entre as sociedades civil e política que moldam as formas de Estado. As ideias livres e dissolvidas podem se movimentar até um patamar de forças sociais instrumentalizadas internacionalmente. E as ordens mundiais representam o avanço da institucionalização de uma hegemonia no nível global.

FIGURA 2 - REPRESENTAÇÃO COMPLETA DA ESTRUTURA HISTÓRICA



Fonte: COX, 1981.

Estas relações mútuas se assemelham ao sentido materialista de movimentação histórico-dialética da luta de classes permeada pela realidade das atividades produtivas. Há um deslocamento dirigente em função de classes sociais burguesas em disputa ou em acordo. As ordens mundiais se concretizam pelas relações entre Estados-nação controlados por frações burguesas inseridas em realidades sociais divergentes. As classes sociais são localizadas em formações sociais originadas nacionalmente, mas suas interações sobressaem essa dimensão de análise. Devido à produção em cadeia global, é preciso refletir em termos de uma estrutura de classe global paralela ou superior às estruturas de classe nacionais.

No terceiro mundo, por exemplo, as burguesias estão associadas com a classe gerencial transnacional, localizada no primeiro mundo, e cumprem metas alheias ao interesse nacional e às exigências do proletariado doméstico. Entre potências do primeiro mundo, as interações socioprodutivas preservam bases industriais, passivizando a classe trabalhadora pela garantia de condições de trabalho e salário melhores. Esses processos ocorrem por alinhamentos técnico-ideológicos entre ministros de Estado, nexos empresariais transnacionais com a sociedade política nacional, compartilhamento de diretrizes acordadas internacionalmente etc.

Assim, uma ideologia transnacional reveste a estratégia e as instituições ativas pertinentes ao centro do sistema internacional. Exemplos de instituições que compõem essa ordem internacional são: a Comissão Trilateral, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Essas organizações desenvolvem no âmbito internacional um conjunto de diretrizes e políticas que determinam a estrutura desigual e combinada nas sociedades.

A alternativa contra-hegemônica aponta para a possibilidade da ascensão do Terceiro Mundo para levantar uma ordem mundial alternativa apoiada pelo avanço de capacidades materiais de um ou mais Estados líderes de tal iniciativa. Transformações de Estados periféricos projetados com ambições de longo prazo para conectar suas capacidades materiais em prol do desafio à ordem global representariam o primeiro passo do processo contra-hegemônico.

Para a criação de uma contra-hegemonia, segundo Robert Cox (1981, p. 154), uma “classe estatal” se faria necessária para fornecer uma combinação entre grupos domésticos das sociedades política e civil que controlam o Estado e, por meio dele, obter maior controle sobre os modos de produção. Essa classe estatal poderia operar como resposta local de resistência às forças dominantes geradas pela internacionalização da produção. A orientação da classe estatal deve ser “conservadora” ou “radical”, o que a levaria a perseguir melhores acordos na produção internacional ou à superação do desenvolvimento interno desigual condicionado pelo capital internacional.

Uma classe estatal “conservadora” poderia ser incorporada a uma nova economia mundial hegemônica e realizar a manutenção de estruturas corporativas estatais como contrapartida doméstica ao capital internacional. Já uma classe estatal “radical” poderia fornecer o suporte para a construção de uma contra-hegemonia. E essa contra-hegemonia deveria se fixar por meio dos desdobramentos sociais das consequências da produção internacional. O polo contra-hegemônico seria definido pela definição de novas forças sociais e formas de Estado. Como resultado, seriam construídas uma nova estrutura estatal e uma nova visão particular da ordem mundial.

Diante da exposição teórica acima, indaga-se: seria a China contemporânea uma concretização do avanço contra-hegemônico? Variáveis concretas em torno dessa hipótese serão discutidas no tópico a seguir.

A INCIPIENTE CONTRA-HEGEMONIA NA GOVERNANÇA INTERNACIONAL CHINESA CONTEMPORÂNEA

A possibilidade da China emergir como uma força contra-hegemônica já era uma hipótese avaliada por Cox (2013: p. 216) desde os anos 70, embora à época considerasse tal cenário pouco provável.

A grande estratégia chinesa concentrou forças táticas no desenvolvimento de capacidades materiais pelo aprofundamento de parcerias comerciais e diplomáticas após a implementação das políticas de Reforma e Abertura iniciadas em 1978. Em 2013, uma participação política mais assertiva no âmbito externo das organizações internacionais passou a ser planejada pelas lideranças chinesas. A política externa chinesa passou, então, a ter presença unificada nas dimensões econômica e política.

Em nível interno, a prevalência da governança do Partido Comunista da China indica uma distinção da forma de Estado em termos do significado da estrutura histórica coxiana.

Uma expressão preliminar dos avanços no plano internacional corresponde às dimensões da estrutura histórica chinesa definidas como instituições, que são componentes que se direcionam para a construção de uma nova ordem internacional. Essas instituições, acadêmica e tradicionalmente, em adição, possuem uma acepção filosófica predisposta pela cultura chinesa e são conduzidas por um ator que se apresenta no sistema de Estados com uma forma distinta dos moldes ensejados pela ordem hegemônica ocidental. Isto pode ser inserido numa lógica mais ampla. Conforme formulou Cox, a mentalidade chinesa ao longo da história foi um movimento para dentro e para fora, de ascensão e queda, de uma dialética entre os princípios masculinos e femininos de *yin* e *yang*, de alternância num padrão cíclico com uma injunção moral para a consecução de algum grau de harmonia entre forças conflitantes. Por outras palavras, um contraste entre a ênfase confuciana baseada na “virtude”, por oposição a uma visão legalista, mais realista de poder sustentada pela força. Acrescenta-se aqui uma aproximação, a partir de direito e de coerção, em termos de uma certa tradução enquanto ressignificação da unidade dialética das referências gramscianas (GRAMSCI, 1977) da unidade orgânica da força e do consenso, da metade férica e da metade humana do centauro maquiaveliano.

Conforme o cientista político canadense, ilustrando a dualidade existente entre a consciência e vida material, a China foi provavelmente o caso histórico de mais longa duração de um povo lutando entre si e com os outros. Nesta perspectiva, postou-se em todos os momentos moldando e transformando a mentalidade com a qual eles confrontam o mundo a respeito de si própria. Além disso, o Taoísmo também enfatizou uma visão de conflito inerente ao desenvolvimento histórico do povo chinês (COX, 2013: p. 304). No esteio do argumento da potencialidade histórica transformadora chinesa, a leitura de Cox

a partir do historiador Oswald Spengler apontou uma diferença da cultura e da civilização da China em relação a outras. Tal divergência daria conta de que a cultura chinesa seria profundamente histórica, ao passo que a cultura da Índia, de forma semelhante àquela da Grécia antiga, seriam não-históricas, de um eterno presente (COX, 2013: p. 308). Do ponto de vista histórico e de longa duração, entende-se, convergindo para a hipótese enunciada, o ponto que Cox identificou como uma grande potencialidade de mudança e de transformação na China que indiretamente reforça o argumento aqui defendido de uma potencial contra-hegemonia da Terra do Meio.

Na dimensão externa, uma característica que deve ser considerada é a teorização chinesa da área de Relações Internacionais enquanto base de formulações de políticas. Entre as contribuições acadêmicas principais há a revitalização do sistema *Tiānxià* (天下), que foi popularizada na década de 2000 pelo professor Zhao Tingyang (2006). O *Tiānxià* é um conceito originalmente confuciano que traz aos chineses uma percepção da realidade internacional centrada na China (CONFÚCIO, 2012). O retorno a esse conceito, coincidentemente, está ligado filosófica e historicamente com as expectativas criadas pela ascensão chinesa, que ganharam uma forma simbólica na retórica e na representatividade do governo de Xi Jinping (2019a) através da afirmação de que o “sonho chinês” está sendo realizado. Não tardou para Zhao (2014) publicar um artigo acadêmico após Xi Jinping ascender ao poder em 2013 para refletir sobre a proximidade entre os conceitos culturais do *Tiānxià* e o sonho chinês e, possivelmente, contribuir com a criação de um cenário intelectual e político que instiga as lideranças chinesas a se inserirem com maior assertividade na política internacional.

No esteio do tema da revitalização do sistema *Tiānxià* (天下) como um sistema em que todos ganham e sendo traduzido como “tudo abaixo do céu”, há uma reflexão de Cox (2013: p. 306-307) sobre a uma coexistência pacífica entre as civilizações visando a mútua sobrevivência na qual a China desempenharia um papel relevante. Neste esteio, a visão tradicional chinesa da ordem mundial seria uma dialética entre o mito da inclusividade de “tudo abaixo do céu” com “nada que fique de fora” e uma política de “tratar todos os Estados com imparcialidade, reconhecendo de forma realista suas diferenças em termos de poder e de identidade, podendo conduzir para a realização de um mundo plural. Mobilizando tal formulação evocada por Zhao e Xi Jinping, a China poderia, segundo Cox, desempenhar um papel importante na consecução de uma realidade de diversidade em poder, valores, bem como o que ele denomina como “o *yin* do anseio por consenso luta continuamente com o *yang* de objetivos rivais e estratégias cambiantes” (COX, 2013: p. 307, tradução nossa).

Paralelamente, o reitor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Tsinghua, que é ranqueada como a melhor da China, Yan Xuetong (2014), afirmou sua presença no “espírito desse tempo” com uma contribuição autoexplicativa: a publicação de um artigo intitulado “De manter um perfil discreto à busca por conquista” (tradução nossa). A expressão “perfil discreto” remete à estratégia da política externa de Deng Xiaoping, que já partia de bases filosóficas tradicionais sintetizadas pela máxima taoísta de Laozi (2015): “mantenha um perfil discreto” — *Tāo guāng yǎng huì* (韬光养晦). Então, após o avanço das capacidades materiais pelo acúmulo de riquezas, finalmente a superpotência asiática poderia avançar em direção a uma nova estratégia não mais restrita ao plano interno, mas, sim, envolvida em metas de realização de transformações globais a serviço da consolidação da ascensão do país em nível internacional.

Exposto o *background* de transformações internacionais em prol de assertividade que vêm sendo executadas no nível de análise doméstico da China contemporânea ao longo da última década, agora é oportuno discutir sobre a composição de variáveis estruturais domésticas que definem o crescimento econômico chinês desde a “Reforma e Abertura” até o presente momento. Cabe observar que a relação entre estrutura e superestrutura no plano interno é orgânica e indissociável nessa instância de análise. As instituições políticas domésticas e os modos de produção são mutuamente determinados.

Independentemente das lentes usadas para a análise, desde liberais e marxistas, o anunciado “socialismo com características chinesas” é rotulado em pesquisas acadêmicas, por exemplo, ora como “capitalismo de Estado” (NAUGHTON e TSAI, 2015) e outrora como uma “Nova Economia do Projetamento” de orientação socialista (JABBOUR e GABRIELE, 2021). Todavia, não há dúvidas de que na China a forma de Estado associada intrinsecamente aos meios de produção diverge do modelo forçado enquanto norma “neoliberal” adequada à globalização marcada pelo Consenso de Washington.

As possibilidades de modelos políticos e econômicos contrapostas passam a entrar em disputa tendo em vista as eficiências que dispõem aos Estados: de um lado, tem-se o modelo centrado na liberdade de mercado; de outro, há uma proposta de mercado dirigido e administrado. Apesar de diferentes interpretações teóricas sobre o caráter econômico-político da China contemporânea, há comum acordo sobre o mercado servir como um instrumento a serviço do Estado chinês, que o controla indiretamente através de instituições-chave, como a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais do Conselho de Estado (SASAC, em inglês).

Após a ascensão de Deng ao poder, em 1979 foi inicializado um processo de revolução passiva como modernização conservadora por meio da instituição da abertura a investimentos estrangeiros diretos e da privatização de empresas estatais com base parcial

em teorias de economia de gotejamento que recriaram uma burguesia nacional (concedendo ativos de estatais a altos quadros das hierarquias institucionais e do Partido Comunista da China), o que recompôs a luta de classes em nível doméstico. Principalmente, dentro dessas dinâmicas, na costa ao sudeste do país formaram-se as Zonas Econômicas Especiais (ZEE) para que os custos logísticos das exportações por vias marítimas fossem reduzidos. As zonas foram planejadas enquanto concentrações de indústrias litorâneas que recebem Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), flexibilizam leis trabalhistas e atraem alta quantidade de mão de obra barata através da concentração demográfica ao leste propiciada por migrações internas. Assim foi construída a base de um modelo político-econômico industrializante baseado em exportações de manufaturas (GRAY, 2010, p. 456-7).

As políticas de abertura econômica, porém, nunca apontaram para uma subordinação integral às exigências oriundas do Ocidente, pois um modelo de financeirização não predominou sobre as bases produtivas e o Partido Comunista nunca deixou de lançar diretrizes quinquenais de projeto econômico em seus Congressos Nacionais do Povo e nas sessões plenárias do Comitê Central em prol de crescimento e desenvolvimento. Trata-se, de fato, de uma economia parcialmente planejada e que instrumentaliza o mercado para si (JABBOUR e GABRIELE, 2021). Frente a isso, as lideranças chinesas são autocríticas e concebem as políticas de reforma e abertura como uma necessidade para que o avanço das forças produtivas ocorra de modo gradual até que um novo modelo socioeconômico possa ser construído (MARX, 1983) em um futuro distante marcado por diferentes metas longínquas. Uma delas é a construção de uma “sociedade moderadamente próspera”, que já se consolidou e ultrapassou os resultados esperados, e a outra seria a de superar as desigualdades socioeconômicas para avançar na construção gradual do socialismo, quando coincidentemente se espera que se tornará a maior economia do mundo em termos de quantificação por dólar (XI, 2019a).

O ritmo de crescimento da economia chinesa deve ser observado para compreender a velocidade de transformação da conjuntura global. Quando Xi Jinping assumiu a presidência da República Popular da China (RPC), durante a realização do 18º Congresso Nacional do PCCh, foram definidas diretrizes que deveriam levar à realização do “sonho chinês de grande revitalização da nação”. Xi trouxe à tona uma agenda pretensiosa no campo da economia:

O Partido Comunista da China (PCCh) realizou o seu 18º Congresso Nacional, definindo o plano para o desenvolvimento da China no próximo período. Nós temos duas metas principais: até 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) chinês e a receita per capita dos residentes urbanos e rurais devem duplicar em comparação com os de 2010, alcançando assim a meta da construção de uma sociedade moderadamente próspera; e até meados do século 21, a China se tornará um país moderno socialista próspero, poderoso, democrático, culturalmente avançado e harmonioso, concretizando assim o sonho chinês da

grande revitalização nacional. Olhando para frente estamos cheios de confiança no futuro da China (XI, 2019a, p. 398).

Os resultados atingidos ultrapassaram a meta estabelecida dentro de um período de menos de dez anos. Em 2010 o PIB chinês era de US\$ 6,09 trilhões; em 2019 fechou em US\$ 14,28 trilhões. Em termos PPP era de US\$ 12,38 trilhões em 2010; em 2019 era de US\$ 23,44 trilhões. Pela quantificação em taxas de paridade com o dólar o PIB mais do que duplicou e pela metodologia de PPP o PIB da China no período em questão quase dobrou e superou o dos EUA (WORLD BANK, 2020).

Em 2010 o PIB per capita em taxas de câmbio era de US\$ 4.550,5; e em 2019 era de US\$ 10.143,8. Em PPP era de US\$ 9.253,8 em 2010; e era de 16.653,3 em 2019. Novamente, no primeiro caso mais do que duplicou e no segundo quase duplicou. A meta foi ultrapassada e, portanto, a “sociedade moderadamente próspera” já foi consolidada (WORLD BANK, 2020).

As transformações econômico-políticas dirigidas pela China ascendente resultaram em uma economia que cresce em média 9% ao ano há mais de duas décadas sem produzir uma pressão inflacionária (WORLD BANK, 2020). O desempenho positivo é explicado pelo caráter centrado em saldos exportadores expressivos, coordenação estatal, declarada política industrial a favor de inovações tecnológicas, e investimentos estratégicos em educação. A base dessas políticas parte das reformas agrárias pós-revolucionárias, da unificação e recuperação da soberania nacional e da abertura do mercado norte-americano à China no contexto que sucedeu a ruptura sino-soviética no final da década de 1960 e trouxe reengajamento entre as potências (POMAR, 2003).

Frente ao inegável sucesso econômico chinês devido à contestação das padronizações solicitadas por Washington, agora há comunidades de pesquisadores que discutem um possível “Consenso de Pequim” que poderá contribuir com a substituição ou disputa relativa à ordem liberal de mercado. Daqui em diante, conseqüentemente, o sucesso econômico chinês tem potencial para transbordar frações reproduzíveis de suas políticas:

Vêm se realizando na China e ainda mais no Ocidente várias reuniões sobre o Consenso de Pequim. Esta designação surgiu de um artigo do ex-colunista do New York Times, Joshua Longo, que se converteu numa expressão extremamente interessante do Centro Europeu para a Pesquisa sobre a China, criado por Tony Blair. É evidente que esse tema se encontra numa posição central do debate contemporâneo na China. Trata-se de definir o final do Consenso de Washington, que Joseph Stiglitz tão bem prognosticou. Segundo este e vários outros autores, o pós-Consenso de Washington será, sobretudo, um Consenso de Pequim [...] Uma macroeconomia do crescimento com juros baixos, moeda relativamente desvalorizada para aproveitar a expansão do mercado mundial, políticas públicas austeras em seus gastos administrativos, mas generosas em seus gastos sociais e na sua afirmação como potências independentes devem servir de referência para esse novo consenso. Uma economia política micro e macro, fundada numa visão institucional e social da economia, será outro elemento-chave do consenso. Não é sem razão que se convocou a formação de uma Associação Mundial de Economia Política em abril de 2006, em Shanghai. A China vem se movimentando para uma ofensiva e deve considerar, inclusive, a superioridade das soluções socialistas como uma

das bases de seu êxito. Há novas discussões no horizonte da humanidade, que talvez nos ofereçam alternativas importantes à tragédia mundial que o unilateralismo militarista e fundamentalista nos apresenta nestes dias (SANTOS, 2016).

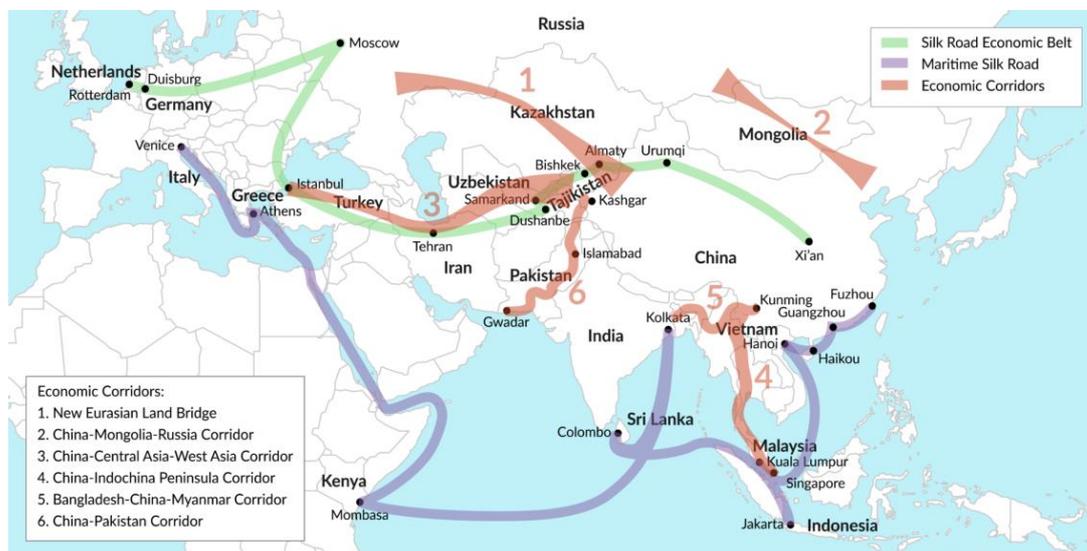
Uma China antes vista como apenas uma fonte de mão de obra barata e palco de instalação de fábricas multinacionais passou a ser vista, gradualmente, como um adversário à liderança global dos Estados Unidos na medida em que seu crescimento econômico provava ser irrefreável, chegando ao seu ápice em 2016, quando Donald Trump foi eleito com uma retórica fortemente sinofóbica e centrada na necessidade de trazer plantas industriais de volta aos Estados Unidos para gerar empregos, voltar a crescer e equilibrar a competição econômica com o novo rival. Esta, contudo, é uma faceta economicista de um desafio mais abrangente em termos hegemônicos orgânicos que ainda propende a favor dos Estados Unidos em outros aspectos, como as capacidades militares (PASSOS, 2019).

A centralidade do estatuto econômico-financeiro ascendente ao longo dos últimos anos é aprofundada pelos esforços do Estado chinês para alcançar maior influência em instituições internacionais. A China propôs reformas em organizações majoritariamente financiadas pelos EUA, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, para obter maior espaço, presença e voz ativa. Sem sucesso imediato, em 2014 fundou o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII). Mais tarde, o FMI cedeu às reivindicações chinesas em 2016 ao aumentar os direitos de voto de países emergentes.

A fundação do BAII representa a proposta de uma alternativa ao Banco Mundial. A iniciativa foi bem recebida pelos países da Ásia, inclusive no Oriente Médio, pois a demanda por investimentos em infraestrutura na região é extremamente alta. De acordo com as contas publicadas pelos países, suas necessidades excedem US\$ 8 trilhões. O Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), porém, fornecem apenas US\$ 50 bilhões anualmente em projetos (ECONOMY, 2018, p. 197). O BAII é a instituição financeira que assumiu o papel-chave para o desenvolvimento da “Iniciativa Cinturão e Rota”.

A Iniciativa Cinturão e Rota é um megaprojeto de desenvolvimento de obras de infraestrutura internacionais anunciado logo no início do governo de Xi Jinping em 2013. As obras incluem portos, aeroportos, ferrovias, estradas, usinas de energia limpa e renovável etc. A iniciativa tem um braço terrestre e outro marítimo e é definida por seis corredores econômicos que concentram obras (XI, 2019b, p. 611-2).

FIGURA 3 - Os seis corredores da Iniciativa Cinturão e Rota



Fonte: Geopolitical Intelligence Services, 2019

As instituições centrais que financiam e organizam a execução de projetos através da iniciativa são o Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura e o Fórum do Cinturão e Rota para Cooperação Internacional, que contam com o mecanismo Fundo da Rota da Seda e outras instituições coadjuvantes, como o Banco de Desenvolvimento da China, o Novo Banco de Desenvolvimento (ou Banco dos BRICS) e outras entidades financeiras de países associados à rede de conexões promovida pela iniciativa.

Em 2017, quando foi fundado o Fórum do Cinturão e Rota para a Cooperação Internacional, Jinping realizou um discurso marcado por um tom pacifista, defensivo e adaptativo que caracteriza os objetivos imediatos da ICR:

No outono de 2013, respectivamente, no Cazaquistão e na Indonésia, propus a construção do Cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima do Século 21, que eu chamo de iniciativa “Cinturão e Rota” [...] As importantes resoluções aprovadas pela Assembleia Geral da ONU e pelo seu Conselho de Segurança contêm referências a ela. Graças aos nossos esforços, a perspectiva desta iniciativa está se tornando uma realidade e trazendo ricos frutos [...] Eu disse em muitas ocasiões que a iniciativa “Cinturão e Rota” não pretende reinventar a roda. Não obstante, visa conectar as estratégias de desenvolvimento dos países envolvidos e alcançar a complementaridade entre os seus respectivos pontos fortes [...] Essa conectividade política produzirá um efeito multiplicador na cooperação entre as partes envolvidas (XI, 2019b, p. 625-6).

A afirmação de Xi evidencia uma integração da ICR com a ONU e a não pretensão de “reinventar a roda”. Contudo a ICR é um componente de um escopo estratégico muito mais abrangente e dinâmico das lideranças chinesas. Interpretações da estratégia exterior projetada por Deng Xiaoping, estampada pela frase “*tao guang, yang hui*”, permitem uma compreensão de que o “todo” tem uma ambição contra-hegemônica em longo prazo.

Para além das aproximações e criações chinesas no ramo de instituições financeiras internacionais, que significam articulações normativas que concernem à estrutura produtiva global, as organizações internacionais pertinentes diretamente à superestrutura também são necessárias à grande estratégia de ascensão pacífica. O presidente Xi Jinping (2019a; 2019b) afirmou em mais de uma ocasião na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas seu comprometimento com a Carta das Nações Unidas, demonstrando disposição para se adaptar e participar positivamente da ordem internacional construída com protagonismo ocidental. Essa manifestação retórica está de acordo com uma grande estratégia que conta com o institucionalismo e o multilateralismo como componentes relevantes.

A participação da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas e nas operações de paz da ONU são elementos-chave para a potência assumir um papel de potência responsável perante a comunidade internacional, que é útil à sua busca por ascensão pacífica. Mantendo a coesão com a perspectiva de “*tao guang yanghui*”, um perfil discreto foi mantido pelos chineses nas frações de segurança da ONU, exercendo pouco poder de veto.

De 1972 a 2020 a China vetou 16 resoluções. No entanto, 13 dos vetos foram executados após a década de 2000. E a China aumentou suas contribuições de militares para operações de paz da ONU de apenas 5 contingentes em 1990 para 192 em 2001 e 2.465 em janeiro de 2021. Essas contribuições de pessoal são maiores do que todos os outros quatro membros permanentes do Conselho de Segurança combinados, e foram empregados somente em missões onde há consentimento claro dos países destinatários (RINALDI e PIRES, 2021, p. 73).

O envolvimento da China com a ONU também focaliza o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas (SDNU). O sistema de desenvolvimento é um conjunto descentralizado e sem hierarquia que conta com mais de 30 fundos, programas, escritórios e agências. Há três meios de ação pelos quais a crescente participação chinesa é percebida: a busca por posições de liderança de funcionários chineses em agências especializadas da ONU; o aumento de suas contribuições financeiras ao SDNU; e a criação de projetos de cooperação para o desenvolvimento em associação com entidades da ONU (RINALDI e PIRES, 2021, p. 74-75).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto apresentado procurou realizar uma breve aplicação das formulações coxianas sobre a estrutura histórica em nível nacional e internacional que apontam para uma incipiente “contra-hegemonia” chinesa. Seguindo a metodologia coxiana de análise de relações internacionais, determinadas conjunturas que compõem a totalidade orgânica almejada pela metodologia de análise apresentam aspectos que induzem à transformação da ordem internacional construídas após a Guerra Fria. Considerando a totalidade de variáveis proposta por sua abordagem crítica, estão sendo construídas forças sociais e uma forma de Estado com potencialidades contra-hegemônicas.

No nível de análise doméstico, a persistência do Partido Comunista da China no poder e de instituições políticas e econômicas adaptadas à ordem produtiva global comprovam que há no País do Meio uma estratégia política e econômica distinta. No nível externo, a Iniciativa Cinturão e Rota representa a estratégia de expansão econômica global. Trata-se da marca registrada de uma política externa mais ampla, de cunho multilateralista e crescentemente participativo em instituições para si, isto é, cooptando e aproveitando em curto prazo as fundações internacionais patrocinadas pelo Ocidente, e criativo em longo prazo por sistematizar instituições de si. Essa dinâmica adaptativa foi capaz de construir progressivamente um caminho para uma ascensão pacífica.

Após a Reforma e Abertura, em um primeiro momento, a China parecia possuir uma classe estatal conservadora, que visava somente à incorporação à economia mundial hegemônica e à manutenção de estruturas corporativas estatais como contrapartida doméstica ao capital internacional. Entretanto, com a guinada institucional expansiva, marcada pelo lançamento da Iniciativa Cinturão e Rota em 2013, uma classe estatal radical fixou sua presença e, então, foi iniciado um processo de formação de contra-hegemonia incipiente.

Ante o exposto e uma série de avaliações embrionárias de Cox em seu último e autobiográfico livro (COX, 2013: p. 347, 349, 358) sobre a emergência de poder da China no final do século XX e no início do século XXI, só se pode ter uma única certeza: tal incipiência desta contra-hegemonia e seus desdobramentos serão um dos pontos marcantes da transformação histórica, um ponto tão caro à elaboração do teórico crítico canadense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPARROZ, Roberto. **Comércio internacional e legislação aduaneira esquematizado**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

CONFÚCIO. **Os Analectos**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory'. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126-55, 1981.

COX, Robert W. **Universal foreigner: the individual and the world**. New Jersey: World Scientific, 2013.

GEOPOLITICAL INTELLIGENCE SERVICES. **India nudges China toward Belt and Road changes**. Liechtenstein, 2019. Disponível em: <https://www.gisreportsonline.com/r/belt-road-initiative-dangers/>. Acesso em 7 mar. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 3, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Torino: Einaudi, 1977.

GRAY, Kevin. Labour and the state in China's passive revolution. **Capital & Class**, v. 34, n. 3, p. 449-467, 2010.

- LAOZI, **Dao De Jing**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- LI, Bo. **Digital Belt & Road Program yields Fruits amid the Pandemic**. Beijing Review, Pequim, 2020. Disponível em: http://www.bjreview.com/World/202005/t20200511_800203964.html. Acesso em: 7 mar. 2022.
- LIU, Mingfu. **The China dream: Great power thinking & strategic posture in the post-American era**. Pequim: CN Times Books, 2015.
- MACROTRENDS. **China GDP – 1960-2020**. [S.I.], 2020. Disponível em: <https://www.macrotrends.net/countries/CHN/china/gdp-gross-domestic-product>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- MADDISON, Angus. **Chinese Economic Perform in the Long Run**. 2. ed. Paris: OECD Development Centre Studies, 2007.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- NAUGHTON, Barry; TSAI, Kellee S. **State capitalism, institutional adaptation, and the Chinese miracle**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Interregno hegemônico? Uma avaliação sobre a hegemonia dos Estados Unidos a partir da análise das relações de força dos cadernos carcerários de Gramsci. **Revista Novos Rumos**, v. 56, n. 2, p. 59-70, 2019.
- POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- RINALDI, Patrícia Nogueira; PIRES, Desireé Almeida. International Organizations and Change in World Orders in Coxian Critical Theory: A View from China in the United Nations. **Revista Oikos**, v. 20, n. 2, 2021.
- SANTOS, Theotônio dos. **Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado**. Rio De Janeiro: EdUERJ, 2016.
- WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista Usp**, n. 66, p. 209-224, 2005.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxism and Literature**, Oxford: Oxford University, 1977.
- WORLD BANK. **GDP, PPP (current international \$)**. Washington D. C., 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.PP.CD?>. Acesso em: 7 mar. 2022.
- XI, Jinping. **A Governança da China**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2019a. v. 1.
- XI, Jinping. **A Governança da China**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2019b. v. 2.
- YAN, Xuetong. From keeping a low profile to striving for achievement. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 2, p. 153-184, 2014.
- ZHAO, Tingyang. Rethinking Empire from a Chinese Concept ‘All-under-Heaven’ (Tianxia). **Social Identities**, [S.I.], v. 12, n. 1, p.29-41, jan. 2006.
- ZHAO, Tingyang. The “China Dream” in Question. **Economic And Political Studies**, [S.I.], v. 2, n. 1, p. 127-142, jan. 2014.

Recebido em 3 de maio de 2022

Aceito em 3 de junho de 2022

Editado em junho de 2022

¹ Mestrando em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp de Marília. Endereço eletrônico: Rafael.queiroz@unesp.br

² Professor Associado Livre-Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp de Marília. Endereço eletrônico: rodrigo.passos@unesp.br

³ Emprega-se tradução de acordo com a inspiração original gramsciana (GRAMSCI, 1977: p. 1468). Ou seja, uma ressignificação, uma releitura de um conceito, categoria, formulação ou análise que preserva alguns aspectos da sua elaboração original. Neste caso, refere-se a uma tradução da categoria original gramsciana de hegemonia, entende-se que Cox efetua uma tradução, uma leitura, distinta do sentido original gramsciano, permitindo que ela seja ressignificada em termos dualistas, desdobrando-se no conceito e uma perspectiva antinômica como “contra-hegemonia”. O provável emprego pioneiro da formulação de “contra-hegemonia” foi efetuado por Williams (1977).